

MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ACESSO AOS DIREITOS HUMANOS

• • • • • Eunice Pereira da Silva

Doutoranda em Educação pela Universidade de Salamanca. Mestre em educação e Pedagoga pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em educação, raça, gênero e sexualidades Audre Lorde.

Racquel Valério Martins

Co-orientadora de Eunice Pereira da Silva; Pós-doutora em Educação e Direitos Humanos na Universidade Portucalense (bolsista CAPES); Doutora em Educação e Mestre em Antropologia de Ibero-América pela Universidad de Salamanca – USAL; Presidente da *Asociación de los Alumnos Brasileños de la Universidad de Salamanca* – ABS-USAL; Investigadora do Grupo de Pesquisa Formação e Docente, História e Política Educacional (GEFHOPE/UFC); e Membro Investigador Colaborador do *Instituto Universitario de Iberoamérica de la USAL*.

RESUMO

O presente artigo tem como propósito refletir quanto aos espaços de movimentos sociais enquanto possibilidade de ambiente formativo no que diz respeito às questões étnico-raciais no Brasil, para tal, centramos nosso enfoque na educação antirracista como acesso aos direitos humanos. Com olhar a partir do protagonismo de mulheres negras organizadas coletivamente em prol da mudança do cenário vigente no que diz respeito prioritariamente a raça, classe e gênero, compreendendo essas categorias como interseccionais no cotidiano da mulher negra brasileira. Este é um estudo bibliográfico, no que diz respeito às abordagens teóricas filiamos-nos ao Pensamento Decolonial (WALSH, 2007; LUGONES 2014) e Feminismo Negro (COLLINS, 2016, 2019; DAVIS (2016); GONZALEZ, 1988, 2011; LORDE, 2003), essa movimentação nos auxilia epistemologicamente na compreensão de pautas que ainda se configuram como demandas nos processos de resistência/enfrentamento de organizações sociais frente ao racismo estrutural que fere cotidianamente os direitos humanos.

Palavras-chave

Enfrentamento do racismo; direitos humanos; movimentos sociais; mulheres negras.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the spaces of social movements as a possibility

of a formative environment with regard to ethnic-racial issues in Brazil, for that, we focus our focus on anti-racist education as access to human rights. Looking from the protagonism of black women collectively organized in favor of changing the current scenario with regard primarily to race, class and gender, understanding these categories as intersectional in the daily life of black Brazilian women. This is a bibliographic study, with regard to theoretical approaches, we affiliate ourselves with Decolonial Thought (WALSH, 2007; LUGONES 2014) and Black Feminism (COLLINS, 2016, 2019; DAVIS (2016); GONZALEZ, 2019; GONZALEZ, 2019, 1988, 2011; LORDE, 2003), this movement helps us epistemologically to understand agendas that are still configured as demands in the processes of resistance/confrontation of social organizations in the face of structural racism that daily harms human rights.

Keywords

Confronting racism; human rights; social movements; black women.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do diálogo teórico entre a discussão sobre raça, classe e gênero que se encontra como pauta dos desafios da educação em direitos humanos. Porém, algumas vezes são discutidas enquanto categorias distintas, para esse momento reflexivo, as referidas categorias serão lidas de forma interseccional.

Ademais, destacamos que para além do produto dessas reflexões se integra a esse artigo nossas vivências enquanto pesquisadoras e docentes contexto em que vivenciamos a presença latente e algumas vezes de forma interseccional do racismo e sexismo. Assim, as reflexões advindas desses espaços apontam para a necessidade de conhecimento de ambientes possíveis para a educação antirracista e acesso aos direitos humanos para além dos ambientes formais de ensino e aprendizagens.

Nosso aporte teórico está baseado no diálogo entre o Pensamento Decolonial e o Feminismo Negro. Dito isto, para além da introdução e considerações finais nos debruçamos sobre dois momentos: 1) encontros entre a educação antirracista e os movimentos sociais e 2) feminismo negro e suas contribuições sociais para garantia dos direitos humanos.

Para análise sobre essas bibliografias utilizamos a pesquisa documental e a análise de conteúdo. No entendimento de que, a pesquisa documental analisa diversos tipos de documentos através do desenvolvimento de métodos e técnicas, visando apreender o conteúdo expresso nos documentos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Quanto à análise de conteúdo foi feito uso de análise temática (BARDIN, 2011) a qual se realiza em três fases, a saber: pré-análises, exploração dos dados, tratamento e inferências.

Dessa maneira, nesse estudo realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico, com o objetivo de refletir quanto aos espaços de movimentos sociais enquanto possibilidade de ambiente formativo no que diz respeito às questões étnico-raciais no Brasil, para tal, centramos nosso enfoque na educação antirracista como acesso aos direitos humanos.

2. ENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Como ponto de partida para a discussão, aqui proposta, iniciaremos com reflexões a respeito da implementação da Lei 11.645/08 que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Lei esta que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no sistema educacional brasileiro.

Tal diretriz representa também esforços realizados pelos movimentos sociais em cobrança a políticas públicas para educação das relações étnico-raciais. No entanto, a inclusão nos currículos oficiais não garantiu efetividade no cotidiano educacional em grande parte devido ao seu veto no quesito formação. Com isso, não consegue garantir os direitos sociais e culturais não só da população afro-brasileira e indígena, mas de toda a comunidade que ao ter o acesso negado perde em termos de inclusão e conhecimento. Quanto a instituição escolar necessitamos compreender que

a escola se funda em uma imposição de um saber, de uma racionalidade, de uma estética, de um sujeito epistêmico único, legitimado como hegemônico, como parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem e de formação. A partir destes parâmetros únicos de medida e da avaliação levam a classificar o "outro" como inferior, incivilizado, fracassado, repetente, bárbaro etc. Neste novo modo de ver o diferente, propõe-se a tolerância a alguns coletivos: as classes populares, os negros, os homossexuais, mas ainda os vemos como aqueles que não sabem, inferiores. Os estabelecimentos de ensino, ao lado de outras instituições, têm se empenhado no sentido de uniformização ou troca das culturas, utilizando, para tanto, padrões de raiz eurocêntrica (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 94).

Nessas imposições de raça, classe e gênero os saberes produzidos por sujeitos tidos como outros são colocados a margem não apenas no sentido figurado, mas no sentido geográfico de território para fora dos muros escolares. Essas estruturações, acabam por interferir na construção das identidades dos indivíduos ocasionando em um ambiente escolar esvaziado de sentidos para população negra e indígena tal realidade vem sendo constantemente questionada pelos movimentos sociais e/ou profissionais da educação.

Considerando a representativa população negra brasileira, a ausência de suas representações se configuram enquanto um projeto de invisibilidade e negação. Com isso, os espaços coletivos negros têm realizado desde o período colonial a exemplo os quilombos e como nos movimentos contemporâneos os movimentos sociais organizações de resistência

e fortalecimento da identidade negra. Assim, compreendemos que a existência de momentos formativos idealizados pelos movimentos sociais representa um espaço possível para encontro e troca de saberes. Sem perder de vista a necessidade de políticas públicas efetivas para conhecimento e mudança no cenário racial, no que diz respeito à falta de acesso e exclusão de algumas comunidades.

O contexto tanto histórico quanto atual da população negra está expresso em suas diferentes modalidades, sejam elas quilombos, movimentos negros, feminismo negro ou tantos outros grupos sociais ou acadêmicos, mas que em suas interseccionalidades reúnem pessoas que contribuem para a transformação do cenário étnico/social atual. Como afirma Deus (2012, p. 28), “a ‘nossa Lei’ veio sendo construída há muito tempo. Os primeiros passos foram dados ainda no século XIX, mas os frutos mais notáveis datam dos anos 1980”, com histórias (algumas silenciadas) de luta e transformação para a almejada liberdade da população negra.

Como nosso objetivo para o momento de reflexão debruça-se sobre o enfrentamento do racismo, nos delimitaremos a mencionar apenas esse grupo étnico. Porém, se faz necessário o exercício constante de se pensar também a população indígena e outros grupos da diáspora que percorrem conosco uma trajetória de constante luta e resistência. Esses, ainda que não tidos como centro de debate deste artigo, não são em nossas abordagens esquecidos.

A decisão de abordar, no proposto ensaio, as aproximações entre educação e movimentos sociais enquanto espaço de aprendizagem se faz por reconhecermos nessa movimentação espaço oportuno para reflexão e elaboração de estratégias, a fim de favorecer formação intelectual continuada na possibilidade de (re) construções de forma individual e/ou coletiva a partir de uma prática ancorada além dos parâmetros hegemônicos que se configuram em nossa sociedade, a saber, branco, heterossexual e eurocêntrico.

Além disso, compreendemos espaços coletivos sociais como ambiente possível para compreensão de aspectos coloniais relacionados a colonialidade do Ser, Saber e Poder sistematizadas por Quijano (2000). Ambientes como movimentos sociais afroreferencializados, podem representar um local possível para compreensão dos significantes atrelados as

identidades negras no Brasil. Consideramos, na presente pesquisa, que as lutas dos movimentos sociais negros no Brasil buscam atender demandas e interesses de encontro com os direitos humanos.

Trouxemos, portanto, elementos das concepções de Feminismos com foco no protagonismo negro, nos pares conceituais colonialidade e interseccionalidade. Nesse sentido, podemos identificar em Gonzalez (2011) aspectos atrelados as estruturas de desigualdade e exclusão que têm caracterizado a vida de diversas mulheres negras brasileiras.

Assim, podemos considerar talvez que o outro lado da moeda da Colonialidade possa ser a decolonialidade como projeto decolonial enquanto algo a ser construído de maneira a representar um projeto de intervenção social. Como aponta Walsh (2007), enquanto processo que possibilita visibilizar as diversas lutas contra a colonialidade, idealizadas por sujeito de práticas epistêmicas e políticas. Tal ambição, exige a construção e fortalecimento de movimentos de resistência e de reexistência, característica esta, que têm marcado a trajetória política das comunidades afro-diaspóricas.

Desse modo, os marcadores raça, gênero e classe que operaram estruturalmente por meio das colonialidades gerando desigualdades, desvantagens, vulnerabilidade e opressões. No projeto decolonial podem ser acionados para o empoderamento, prioritariamente as comunidades tidas socialmente enquanto marginalizadas. Fazendo uso, do que nos ensina Lorde (2003, p. 117) “Somente no âmbito da interdependência de forças diversas, reconhecidas num plano de igualdade, pode ser gerado o poder para buscar novas formas de estar no mundo e a coragem e apoio necessários para agir num território ainda a ser conquistado”.

Com isso, compreendemos enquanto pedra fundamental ao acesso e garantia aos direitos humanos a educação antirracista. Como projeto decolonial encontros entre a educação antirracista e os movimentos sociais podem representar ambiente fértil, dentro de uma lógica de ação com intervenções que possibilitem esperar¹ um futuro afetivo e respeitoso as diferenças.

Ainda que a problemática das relações entre educação e relações étnico-raciais tenha conquistado avanços no que se refere a debates, reflexões e pesquisas no Brasil e em todo o

continente latino-americano. Como afirmam Oliveira e Candau (2010, p. 16), “nesse universo de preocupações, os estudos sobre relações étnico-raciais vêm se projetando no espaço acadêmico e nos movimentos sociais, a ponto de interferir de forma concreta em políticas públicas e ações governamentais”. Ainda assim, as questões e os desafios se multiplicam diariamente, condição essa que requer atenção e compromisso constantes nos processos educativos, sejam eles afro referencializados ou não.

Nesse sentido, a investigação bibliográfica surge nos questionamentos quanto aos lugares de formação, sobretudo os ocupados pela população negra enquanto local de prestígio do saber, lugar este que, em grande parte, devido à história de escravização da população negra no Brasil, pouco é ocupado pelo povo negro que teve/tem o racismo como cimentos das relações sociais brasileiras não diferentes dos ambientes de aprendizagem e reconhecidos e valorizados como espaços de produção de saberes.

3. FEMINISMO NEGRO E SUAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PARA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Ao realizarmos o movimento bibliográfico de leituras e análises de obras construídas por mulheres negras e suas análises sociais, realizamos uma ação de rachadura da pirâmide social que segundo Davis (2016) a mulher negra ocupa a base dessa pirâmide. O movimento de rachadura na pirâmide social pode acontecer também quando as mulheres negras deixam de ser exclusivamente objeto de estudo e passam a ocupar lugar de fala e escrita. Nesse sentido, Davis ressalta que

é preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as interseções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas (1997, p. 8).

Para compreensão das referidas categorias cruzadas, utilizamos a discussão sobre interseccionalidade enquanto lente teórica e metodológica possível para compreensão das categorias de raça, classe e gênero. Cientes de

que Mulheres negras vêm, historicamente e de forma resistente, pensando a categoria mulher de forma não universal e crítica, entendendo nossas pluralidades e confluências, trilhando caminhos para a necessidade de se sistematizar as possibilidades de ser mulher.

A pluralidade do ser mulher para o feminismo negro, ocupa espaço importante na discussão sobretudo ao considerar que o racismo no Brasil atinge de maneira cruel aquelas que apresentam mais características fenotípicas negras. Para além disso, ser mulher negra no Brasil está atrelado ao conhecimento de si enquanto identidade. Como comenta a autora Gonzalez (1988, p. 2), à luz das ideias de Simone de Beauvoir: “(...) a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc. Mas tornar-se mulher negra é uma conquista”.

Nesse processo de conquista do tornar-se negra, enquanto identidade política os movimentos sociais negros se configuram enquanto espaço possível para formação da identidade de si, a qual nos acompanha nos espaços de atuação profissional. A autora Lugones ao investigar a intersecção entre gênero, raça e classe chama atenção para o que a mesma identifica enquanto colonialidade de gênero:

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero partir da “diferença colonial”. Tais seres são, como sugeri, só parcialmente compreendidos como oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero (2014, p. 939).

A população negra feminina, resiste e produz estratégias desde a colonização trazendo essas demandas ainda para os dias atuais em que os espaços de movimentos sociais se mostram enquanto território possível. Com isso, a ação de se dizer, sobretudo no contexto racial, é um ato que nos diz dos processos de construção política e social dos indivíduos.

Quando esses processos exigem luta e resistência, se configuram no cotidiano enquanto

ação diária. Estimo lembrar que tanto a resistência quanto a luta estão repletas de potencialidades para afetividades, na construção de aliados, na partilha de ensinamentos e aprendizagens.

Dessa maneira, o debate quanto ao feminismo negro, entende que a população negra feminina resiste porque trazem dentro do sagrado feminino a energia poderosa de muitas outras mulheres, como nos lembra Werneck (2019), nossos passos vêm de longe no movimento de Mulheres Negras e nas estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Dessa maneira, compreendemos que “a combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimentos de outras” (RIBEIRO, 2016, p. 102), condição esta que alerta para necessidade de políticas de ações afirmativas, a fim de favorecer o acesso aos direitos humanos.

Estas categorias de opressões não necessariamente tocam, ferem ou fortalecem de forma dissociada, dificultando em alguns momentos a garantia de participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmos e para o grupo maior ao qual nos vinculamos de forma interseccional.

A interseccionalidade, se propõe enquanto estratégia teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado², nas quais as mulheres negras são atingidas pelo cruzamento e sobreposição de raça, gênero e classe. no qual, o projeto feminista negro desde sua fundação trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global, tendo a interseccionalidade como subsídio para questionar essas questões e o fluxo entre a teoria, metodologia e as práticas.

Em contrapartida, a Colonialidade do Saber alicerça os conhecimentos branco-cêntricos enquanto única forma de conhecimento válido, determinando referenciais que colocam saberes em categorias duais: prestígio ou não prestígio. Em que a repressão de outras formas de produção de conhecimento não-eurocêntricos, nega o legado intelectual e histórico de povos indígenas e africanos. Neste processo, é silenciado e/ou negado formas e origens outras de produções e socializações de conhecimentos.

Por meio da Colonialidade do Ser se estrutura um padrão branco-referencializado

do sujeito, minando assim, nem sempre de forma silenciosa, aquelas e aqueles que não se enquadram no padrão hegemônico branco e euro-referencializado. Em que no processo de Colonialidade do Ser, o conhecimento de si, enquanto cultura e identidade vão se desvalorizando junto com a vida humana. Neste contexto as resistências dos Movimentos sociais negros se manifestam de maneira contra hegemônica ao reivindicarem suas identidades culturais e sociais. Dessa maneira, os movimentos sociais³ demarcam seu valor epistêmico nas lutas sociais.

Em que, um dos aspectos que os presentes estudos nos possibilitam é a ruptura com a lógica cartesiana de passado e presente, como pontua Spivak (1999) ao propor que a partir dessas lentes teóricas outras possamos romper com as relações antigas e atuais de colonizador(a) e colonizado(a) e tantas outras formas de dominador(a) e dominado(a). Entendemos que os movimentos sociais apresentam um valor epistemológico intrínseco para os direitos humanos, sendo produtores de um tipo de conhecimento gestado na luta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa direção, compreendemos que o projeto decolonial que emerge, nesse contexto, do ativismo das Mulheres Negras enquanto projeto de reexistência tanto individual quanto coletivo. Somam em um projeto Decolonial que supere a formação moderno/colonial e sua estrutura social quanto as diferenciações de gênero, raça e classe para que não atuem criando opressões, mas que se configurem enquanto integralidade no contexto social.

No entrelaçamento de propostas favoráveis a perspectiva Decolonial, o diálogo com o Feminismo Negro que como sistematiza Collins (2019) margeia as experiências compartilhadas pelas mulheres negras, que simultaneamente confronta com as diretrizes hegemônicas da produção do conhecimento.

Em contraponto com os paradigmas referenciais investigativos e analíticos com da interseccionalidade, ao sistematizar sobre o Pensamento Feminista Negro, Collins (2019) propõe a desconstrução do pensamento intelectual hegemônico nos lembrando que nem todas as intelectuais ocupam os espaços acadêmicos.

Dessa forma, nos aproximamos do cenário afro brasileiro, no que diz respeito as mulheres que somaram/somam aos projetos de reflexão política em prol de justiça social na luta antirracista em especial a que acontece dentro das salas de aulas Collins (2016) sensibiliza olhar para três dimensões. São elas: I) as mulheres negras enquanto coletividade, perpassadas por opressões interseccionais, agenciam a sua própria autodefinição e; II) reagem coletivamente ou individualmente ao sistema de dominação patriarcal, heterossexista e racista; onde elaboram respostas diferentes aos desafios; III) gestam o ponto de vista coletivo, entretanto, tal pressuposto não se propõe universal nem se aparta de outras coletividades oprimidas, pelo contrário, confirma experiências e programas de justiça social em conexões transnacionais e globais.

Temas centrais, para reflexão do pensamento Feminista Negro, no que diz respeito aos pensamentos gestados pelas ativistas negras e as epistemologias dessas mulheres. Em que, os paradigmas interseccionais possam se configurar enquanto cenário de conexões, conhecimentos e empoderamento sobretudo no espaço educativo.

Por entendermos as categorias teóricas metodológicas dos Estudos Decoloniais e do Feminismo Negro, enquanto projetos propositivos na luta pela justiça social da/para sociedade que acreditamos. Que realizamos aproximações

neste artigo entre os campos teóricos, a fim de pensar os padrões de silenciamento, repressão e sobretudo refletir sobre as estratégias e espaços em que representam campos de potência para desarticulação das estruturas de opressões.

Espaços como o movimento social negro se mostram como um lugar possível para o conhecimento e a resistência das marcas coloniais em nossa sociedade e, consequentemente, em sala de aula. Além disso, contribuem na formação do sujeito político, crítico e reflexivo, munido de formação para a contribuição na luta por uma educação antirracista que possa cooperar na reversão do cenário de intolerância no que diz respeito ao contexto étnico-racial vigente na sociedade. Isto se torna possível por meio de filiação a grupos, teorias, organizações, estudos e pessoas que lutam e constroem práticas de enfrentamento contra diferentes formas de opressão e formam, coletivamente e de forma intercultural, uma identidade e práticas pedagógicas de resistência.

Por fim, compreendemos a necessidade de se repensar os diferentes e diversos espaços possíveis e favoráveis para o conhecimento de organizações individuais e coletivas de estratégia para sistematização do conhecimento para a educação das relações étnico-raciais e acesso aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n. 2, pp. 85-97, 2011.
- BARSIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, volume 31, Número 1, janeiro/abril. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020 às 19:52.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres raça e classe*; tradução Heci Regina Candiani, 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEUS, Zélia Amador de. Os desafios da academia frente à Lei nº 10.639/03. In: PESTANA, Maurício (Org.). *O negro nos meios de comunicação. Diálogos sobre a Lei nº 10.639/2003*. Brasília: FCP, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1992.
- GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Revista Raça e Classe*, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, novembro/dezembro, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-latino-Americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*. São Paulo: Círculo Palmarino, pp. 12-21, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/por%20um%20feminismo%20afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 11 mar. 2020 às 19:50.
- LORDE, Audre. *La hermana, la extranjera. Artículos y conferencias*, traducción de María Corniero, revisión de Alba V. Lasheras y Miren Elordui Cadiz, Madrid: Horas y horas, 2003.
- LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas, Florianópolis, 2014
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 26, n. 01, pp. 15-40, abr. 2010.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas Latinoamericanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, p. 246, 2000
- RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista Internacional de Direitos Humanos*. SUR 24 - v. 13 n. 24, pp. 99-104, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020 às 19:57.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 2009.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard UP, 1999.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad e colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, cap. 3, pp. 47-63, 2007.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: WERNECK, Jurema (Org.). *Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. 2019. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1.pdf. Acesso em: 13 set. 2020 às 20:11.

NOTAS

1. De acordo com Feire (1992), o esperar é compreendido enquanto verbo em que esperar significa se levantar, ir atrás, agir e construir. Juntar-se aos(as) outros(as) e fazer de outro modo.
2. Ainda podendo ser incluído outras categorias como território, geração e religiosidade.
3. Entendemos que os movimentos sociais apresentam um valor epistemológico intrínseco, sendo produtores de um tipo de conhecimento gestado na luta.